

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.659.852
Preferenciais	0
Total	1.659.852
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.349.487	1.347.054
1.01	Ativo Circulante	27.117	15.334
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.311	7.086
1.01.03	Contas a Receber	7.897	6.513
1.01.03.01	Clientes	7.793	6.508
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	104	5
1.01.06	Tributos a Recuperar	682	570
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	682	570
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.805	771
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	422	394
1.01.08.03	Outros	422	394
1.02	Ativo Não Circulante	1.322.370	1.331.720
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	130.418	129.423
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	13.437	13.380
1.02.01.07	Tributos Diferidos	113.525	113.525
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	113.525	113.525
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.771	703
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.685	1.815
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.685	1.711
1.02.01.10.04	Diferidos	0	104
1.02.03	Imobilizado	5.850	2.437
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.190	2.437
1.02.03.02	Direito de Uso em Andamento	3.660	0
1.02.04	Intangível	1.186.102	1.199.860
1.02.04.01	Intangíveis	1.186.102	1.199.860
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.186.102	1.199.860

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.349.487	1.347.054
2.01	Passivo Circulante	93.421	94.241
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.919	3.551
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.919	3.551
2.01.02	Fornecedores	12.043	14.067
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.043	14.067
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.054	2.726
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.024	1.413
2.01.03.01.02	IRRF	65	59
2.01.03.01.03	PIS	96	150
2.01.03.01.04	COFINS	443	753
2.01.03.01.05	Tributos Federais Retidos	420	451
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.030	1.313
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	43.950	44.375
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	38.522	42.702
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	38.522	42.702
2.01.04.02	Debêntures	5.428	1.673
2.01.05	Outras Obrigações	9.790	8.403
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	860	706
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	104	132
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	756	574
2.01.05.02	Outros	8.930	7.697
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	5.096	5.145
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	293	286
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	1.408	2.266
2.01.05.02.08	Arrendamento Mercantil a pagar (IFRS16)	2.133	0
2.01.06	Provisões	22.665	21.119
2.01.06.02	Outras Provisões	22.665	21.119
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	22.665	21.119
2.02	Passivo Não Circulante	441.639	441.040
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	397.282	409.776
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	238.668	257.294
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	238.668	257.294
2.02.01.02	Debêntures	158.614	152.482
2.02.02	Outras Obrigações	10.651	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.061	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	9.061	0
2.02.02.02	Outros	1.590	0
2.02.02.02.04	Arrendamento Mercantil a pagar (IFRS16)	1.580	0
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	10	0
2.02.04	Provisões	33.706	31.264
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.211	13.288
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.594	1.859
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	348	411
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	10.269	11.018
2.02.04.02	Outras Provisões	21.495	17.976

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	21.495	17.976
2.03	Patrimônio Líquido	814.427	811.773
2.03.01	Capital Social Realizado	1.075.034	1.033.034
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-260.607	-221.261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.044	109.151	53.377	108.386
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-59.525	-119.220	-58.770	-124.022
3.03	Resultado Bruto	-3.481	-10.069	-5.393	-15.636
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.332	-5.199	-9.662	-13.026
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.348	-5.219	-9.761	-13.198
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-1.196	-4.666	-9.322	-12.431
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-152	-553	-439	-767
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16	20	99	172
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.813	-15.268	-15.055	-28.662
3.06	Resultado Financeiro	-11.410	-24.078	-11.526	-21.842
3.06.01	Receitas Financeiras	482	735	603	895
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.892	-24.813	-12.129	-22.737
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-16.223	-39.346	-26.581	-50.504
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	9.010	17.119
3.08.02	Diferido	0	0	9.010	17.119
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-16.223	-39.346	-17.571	-33.385
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-16.223	-39.346	-17.571	-33.385
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00990	-0,02390	-0,01189	-0,02310
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00990	-0,02390	-0,01189	-0,02310

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-16.223	-39.346	-17.571	-33.385
4.03	Resultado Abrangente do Período	-16.223	-39.346	-17.571	-33.385

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	33.904	13.961
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.966	35.846
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-39.346	-33.385
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	720	11
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-17.119
6.01.01.06	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-336	-383
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	12.839	14.280
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	72	0
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	9.113	6.857
6.01.01.10	Despesa/ (receita) financeira dos ajustes a valor presente	1.606	1.020
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-760	6.770
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	19.447	17.653
6.01.01.13	Depreciações e amortizações	44.611	40.142
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.255	-21.885
6.01.02.01	Contas a receber	-1.285	-1.008
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-99	16
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-2.102	51
6.01.02.05	Impostos a recuperar	76	694
6.01.02.06	Pagamento de juros	-13.064	-16.984
6.01.02.07	Outros créditos	-61	69
6.01.02.09	Depósitos judiciais	26	65
6.01.02.11	Fornecedores	5.870	3.143
6.01.02.12	Fornecedores - partes relacionadas	1.434	-33
6.01.02.13	Cauções contratuais	241	-1.010
6.01.02.14	Obrigações sociais	-632	-68
6.01.02.15	Obrigações fiscais	-1.645	103
6.01.02.16	Custo de transação - empréstimos	154	0
6.01.02.17	Outras contas a pagar	-858	-195
6.01.02.19	Taxa de fiscalização	7	0
6.01.02.20	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-317	-6.728
6.01.03	Outros	-1.807	0
6.01.03.01	Arrendamento mercantil pago (IFRS 16)	-1.807	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-52.608	-73.956
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-33	-646
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-52.666	-72.460
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-2.710	-1.718
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	2.801	868
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	27.929	61.246
6.03.01	Risco Sacado - captação	5.989	16.180
6.03.02	Risco Sacado - pagamento	-10.517	-18.223
6.03.04	Captações de empréstimos - empresas ligadas	9.000	0
6.03.05	Pagamentos de empréstimos - principal	-18.543	-13.711
6.03.14	Aumento de capital	42.000	77.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9.225	1.251

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.086	7.361
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.311	8.612

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.033.034	0	0	-221.261	0	811.773
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.033.034	0	0	-221.261	0	811.773
5.04	Transações de Capital com os Sócios	42.000	0	0	0	0	42.000
5.04.01	Aumentos de Capital	42.000	0	0	0	0	42.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.346	0	-39.346
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.346	0	-39.346
5.07	Saldos Finais	1.075.034	0	0	-260.607	0	814.427

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	916.534	0	0	-161.820	0	754.714
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	916.534	0	0	-161.820	0	754.714
5.04	Transações de Capital com os Sócios	77.000	0	0	0	0	77.000
5.04.01	Aumentos de Capital	77.000	0	0	0	0	77.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-33.385	0	-33.385
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-33.385	0	-33.385
5.07	Saldos Finais	993.534	0	0	-195.205	0	798.329

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	116.745	115.248
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	88.474	76.540
7.01.02	Outras Receitas	28.271	38.708
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-70.970	-87.167
7.02.04	Outros	-70.970	-87.167
7.03	Valor Adicionado Bruto	45.775	28.081
7.04	Retenções	-44.611	-40.142
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.611	-40.142
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.164	-12.061
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.788	3.330
7.06.02	Receitas Financeiras	735	895
7.06.03	Outros	1.053	2.435
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.952	-8.731
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.952	-8.731
7.08.01	Pessoal	8.830	9.531
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.553	7.339
7.08.01.02	Benefícios	1.749	1.693
7.08.01.03	F.G.T.S.	528	499
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.368	-10.311
7.08.02.01	Federais	2.912	-14.163
7.08.02.03	Municipais	4.456	3.852
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.028	25.434
7.08.03.01	Juros	21.952	21.138
7.08.03.02	Aluguéis	11	376
7.08.03.03	Outras	4.065	3.920
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-39.274	-33.385
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	72	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-39.346	-33.385

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 14 de agosto de 2019 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo Arteris S/A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2019, período encerrado em 30 de junho de 2019. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 2T19 foi de 6.892 mil veículos, 8,64% acima do realizado no 2T18. Já na comparação semestral houve um crescimento de 6,7%. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio, receitas acessórias e receitas de obras. A receita bruta de pedágio registrou crescimento de 17,7% em relação a igual período do ano anterior, passando de R\$ 38 milhões no 2T18 para R\$ 44,8 milhões no 2T19, já na comparação. Por outro lado, a receita do 1S19 apresentou um aumento de 15,6%, em relação ao 1S18, passando de R\$ 76,5 milhões para R\$ 88,4 milhões. O acréscimo na receita se deve principalmente ao aumento da tarifa de pedágio ocorrido em 22 de dezembro de 2018, onde a tarifa básica de pedágio passou de R\$ 6,00 para R\$ 6,50, representando um acréscimo de 8,33%. Na comparação com o 1T19 a receita de pedágio apresentou acréscimo de 2,6%.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 14,9 milhões, sendo R\$ 3,5 milhões menor que o 2T18. No acumulado do ano ficaram em R\$ 27,8 milhões (redução de 27% em relação ao 1S18). O volume de obras é diretamente ligado ao cronograma, que previa menor volume de obras no trimestre atual em relação a igual período do ano anterior. Na comparação com o 1T19 houve acréscimo de R\$ 2 milhões. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.
- As de receitas acessórias são oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio da rodovia concessionada. No 2T19 essas receitas registraram um montante de R\$ 173 mil, aumento de 13,1% na comparação com o 2T18. Já no 1S19 o valor registrado foi R\$ 359 mil, 15,1% acima do registrado no 1S18.

Custos e Despesas

- Os custos dos serviços prestados do 2T19 registraram redução de R\$ 651 mil se comparados ao 2T18. Essa redução se deve principalmente a menores custos com conservação da camada de revestimento vegetal e limpeza da faixa de domínio, menores custos com conservação de

Comentário do Desempenho



pavimento, redução dos custos com manutenções de equipamentos da rodovia. Na comparação com 1T19 houve acréscimo de R\$ 635 mil. Esse aumento se deve principalmente a reajuste de contratos da operação da rodovia. No 1S19 os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 27,6 milhões, uma redução de 0,9 em comparação ao 1S18 que registrou 28,5 milhões.

- As despesas administrativas no 2T19 apresentaram redução de R\$ 8 milhões e R\$ 2 milhões se comparados respectivamente ao 2T18 e 1T19, devido principalmente a menores despesas com contingências. De acordo com ICPC01, no 2T19 a Empresa apurou custos de serviços de construção de R\$ 14,9 milhões, representando redução de R\$ 3,5 milhões, 19,1% se comparado com o 2T18. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras. No 1S19 as despesas administrativas totalizaram R\$ 4,3 milhões, uma redução de 7,5 em comparação ao 1S18 que registrou 11,9 milhões.
- A provisão para manutenção no 2T19 aumentou R\$ 2,9 milhões em relação ao 2T18. Essa variação se deve a revisão no cronograma de obras do contrato de concessão no 1T19. Na comparação com o 2T19, registramos redução de R\$ 2,8 milhões representando 25,8%. 19,1% se comparado com o 2T18. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras. No 1S19 a provisão para manutenção totalizou R\$ 19,4 milhões, um aumento de R\$1,8 milhões em comparação ao 1S18 que registrou 17,6 milhões.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 2T19 em R\$ 17,5 milhões, 222% de aumento frente aos R\$ 5,4 milhões registrados no 2T18, principal reflexo se deve ao pagamento de processo regulatório no 2T18 e aumento da tarifa de pedágio e o crescimento ascendente do tráfego. Em comparação com o 2T19, o EBITDA do 2T19 aumentou R\$ 5,6 milhões devido principalmente redução na provisão para manutenção, reflexo da revisão do cronograma de obras.
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovia, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 2T19 R\$ 15 milhões maior em relação ao 2T18 refletindo o pagamento de processos regulatórios ocorrido no ano anterior e aumento da receita de pedágio. Em relação ao 1T19 registramos um aumento de R\$ 2,7 milhões do EBITDA ajustado, representando um acréscimo de 12,1%. No acumulado do ano, o valor registrado atingiu R\$ 48,8 milhões, aumento de 67,5% em comparação ao 1S18. Esse acréscimo é resultado da variação da provisão de manutenção e aumento da receita de pedágio.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 2T19 o resultado financeiro fechou 1% menor na comparação com o 2T18. Essa variação se deve ao aumento das taxas de juros e indexadores dos contratos de empréstimos, tais como TJLP para empréstimo BNDES e IPCA para Segunda Emissão de Debêntures. Em comparação com 1T19 o resultado financeiro ficou 9,9% menor devido principalmente a menor capitalização de juros ocorrida no 2T19 e variação do indexador IPCA.

Prejuízo

- No 2T19 a Empresa apurou prejuízo de R\$ 16,2 milhões ante prejuízo de R\$ 17,5 milhões no 2T18. A redução do prejuízo está relacionada principalmente aos impostos diferidos não

Comentário do Desempenho



constituídos. Em relação ao 2T18 o prejuízo da Empresa foi 7,7% menor principalmente pela redução da provisão para manutenção. No acumulado do ano, o prejuízo registrado foi de R\$ 39,4 milhões, contra um prejuízo de R\$ 33,4 milhões no 1S18.

Endividamento

- A Empresa encerrou o 2T19 com endividamento bruto de terceiros de R\$ 452,3 milhões, apresentando redução de 2,1% se comparado ao 2T18, devido às amortizações ocorridas nos últimos 12 meses e redução das taxas de juros. O endividamento líquido no 2T19 reduziu R\$ 17,6 milhões em relação ao 2T18.

Investimentos

- No 2T19 foram investidos R\$ 21,4 milhões em obras para cumprimento do contrato de concessão.

Os principais investimentos do período foram os seguintes:

- (i) Pavimento;
- (ii) Sinalização horizontal;
- (iii) Elementos de proteção e segurança;
- (iv) Sistemas de drenagem e obras de arte correntes;
- (v) Manutenção de terraplenos e estruturas de contenção;
- (vi) Implantação de terceiras faixas em SC.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T19	1T19	2T18	Var% 2T19/1T19	Var% 2T19/2T18	1S19	1S18	Var% 1S19/1S18
Planalto Sul	6.892	6.717	6.344	2,6%	8,6%	13.609	12.756	6,7%
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	2T19	1T19	2T18	Var% 2T19/1T19	Var% 2T19/2T18	VarR\$ 2T19/1T19	VarR\$ 2T19/2T18	Var% 1S19/1S18
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	59.934	56.785	56.711	5,5%	5,7%	116.719	115.076	1,4%
Receitas de pedágio	44.804	43.670	38.070	2,6%	17,7%	88.474	76.540	15,6%
Receitas de obras	14.957	12.929	18.488	15,7%	-19,1%	27.886	38.224	-27,0%
Receitas acessórias	173	186	153	-7,0%	13,1%	359	312	15,1%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.890)	(3.678)	(3.334)	5,8%	16,7%	(7.568)	(6.690)	13,1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	56.044	53.107	53.377	5,5%	5,0%	109.151	108.386	0,7%
CUSTOS E DESPESAS	(38.541)	(41.267)	(47.943)	-6,6%	-19,6%	(79.808)	(96.906)	-17,6%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(14.109)	(13.474)	(14.760)	4,7%	-4,4%	(27.583)	(28.500)	-3,2%
Custo dos serv. de construção	(14.957)	(12.929)	(18.488)	15,7%	-19,1%	(27.886)	(38.224)	-27,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(1.058)	(3.301)	(9.061)	-67,9%	-88,3%	(4.359)	(11.934)	-63,5%
Remuneração da administração	(152)	(401)	(439)	-62,1%	-65,4%	(553)	(767)	-27,9%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(8.281)	(11.166)	(5.294)	-25,8%	56,4%	(19.447)	(17.653)	10,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	16	4	99	300,0%	-83,8%	20	172	-88,4%
EBITDA¹	17.503	11.840	5.434	47,8%	222,1%	29.343	11.480	155,6%
Margem EBITDA	42,6%	29,5%	10,2%			36,1%	16,4%	
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(22.316)	(22.295)	(20.489)	0,1%	8,9%	(44.611)	(40.142)	11,1%
Depreciação de imobilizado	(137)	(134)	(132)	2,2%	3,8%	(271)	(240)	12,9%
Amortização do intangível	(21.139)	(20.990)	(19.914)	0,7%	6,2%	(42.129)	(39.016)	8,0%
Amortização do diferido	-	(104)	(443)	-	-	(104)	(886)	-88,3%
Amortização do direito de uso	(1.040)	(1.067)	-	-2,5%	-	(2.107)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(11.410)	(12.668)	(11.526)	-9,9%	-1,0%	(24.078)	(21.842)	10,2%
Receitas financeiras	482	253	603	90,5%	-20,1%	735	895	-17,9%
Despesas financeiras	(11.892)	(12.921)	(12.129)	-8,0%	-2,0%	(24.813)	(22.737)	9,1%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	(16.223)	(23.123)	(26.581)	-29,8%	-39,0%	(39.346)	(50.504)	-22,1%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	9.010	-	-	-	17.119	-
Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	9.010	-	-	-	17.119	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(16.223)	(23.123)	(17.571)	-29,8%	-7,7%	(39.346)	(33.385)	17,9%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	2T19	1T19	2T18	Var% 2T19/1T19	Var% 2T19/2T18	1S19	1S18	Var% 1S19/1S18
EBITDA¹	17.503	11.840	5.434	47,8%	222,1%	29.343	11.480	155,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	8.281	11.166	5.294	-25,8%	56,4%	19.447	17.653	10,2%
EBITDA Ajustado²	25.784	23.006	10.728	12,1%	140,3%	48.790	29.133	67,5%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICP C 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites ri.arteris.com.br](http://ri.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Informações Financeiras Trimestrais
para o Trimestre Findo em 30 de junho
de 2019 e Relatório do Auditor
Independente.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de junho de 2019 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$66.304 (R\$78.907 em 31 de dezembro de 2018).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer face às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos classificados no circulante, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários. A Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das informações financeiras da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de agosto de 2019.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 30 de junho de 2019 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$26.613 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima, em 30 de junho de 2019, o montante de R\$75.168 (R\$91.716 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$273.693 (R\$265.277 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$37.430 as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade continua com as negociações para firmar nos próximos meses Termo de Ajuste de Conduta - TAC, com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram rerepresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual.
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluído os financiamentos do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesas operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

i) Os impactos da adoção da IFRS 16 no balanço patrimonial:

	Valores antes da adoção do CPC 06	IFRS 16	Valores após a adoção do CPC 06 em 01.01.2019
Ativo			
Circulante	15.334	-	15.334
Não circulante	1.331.720	4.483	1.336.203
Direito de uso - IFRS 16	-	4.483	4.483
	<u>1.347.054</u>	<u>4.483</u>	<u>1.351.537</u>
Passivo			
Circulante	94.241	2.279	96.520
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	2.279	2.279
Não circulante	441.040	2.204	443.244
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	2.204	2.204
Patrimônio líquido	811.773	-	811.773
	<u>1.347.054</u>	<u>4.483</u>	<u>1.351.537</u>

ICPC 22 (IFRS23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro."

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa e contas bancárias	1.851	1.445
Aplicações financeiras (*)	<u>14.460</u>	<u>5.641</u>
Total	<u><u>16.311</u></u>	<u><u>7.086</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 99,06% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como principais características aplicações pós-fixadas em Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Certificado de depósito Bancário - CDB, de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	6.996	5.962
Cupons de pedágio a receber	293	322
Cartões de pedágio a receber	214	88
Receitas acessórias a receber	257	121
Outras receitas a receber	<u>33</u>	<u>15</u>
Total	<u><u>7.793</u></u>	<u><u>6.508</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 27.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é como segue:

Notas Explicativas**Autopista Planalto Sul S.A.**

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(16.223)	(39.346)	(26.581)	(50.504)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	5.516	13.378	9.038	17.171
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	-	-	(28)	(52)
Total	5.516	13.378	9.010	17.119
Impostos diferidos não constituídos	5.516	13.378	-	-
Imposto Contabilizado	-	-	9.010	17.119
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	-	-	9.010	17.119
	-	-	9.010	17.119

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.06.2019	31.12.2018
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	341.761	304.765
Provisão de participação nos lucros	580	1.293
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	12.211	13.288
Outras provisões	632	696
Provisão para manutenção de rodovias	44.160	39.095
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	399.344	359.137
Alíquota nominal	34%	34%
Total	135.777	122.107
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(2)	(58)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	6.100	5.525
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(23)	(11)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(19.002)	(19.621)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(6.461)	(6.672)
Total	129.316	115.435
Imposto de renda e contribuição social não constituído	15.791	1.910
Total do imposto de renda e contribuição social contabilizado	113.525	113.525

- Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, se dará a partir de 2024.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018 esse percentual passou para 49% e permanecerá até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 passará para 53%. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de junho de 2019 o saldo é de R\$13.437 (R\$13.380 em 31 de dezembro de 2018), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 96,28% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

9. DIREITO DE USO

Os principais impactos decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 estão demonstrados abaixo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	1.863	2.364	537	450	150	224	179	5.767
Saldo em 30.06.2019	<u>1.863</u>	<u>2.364</u>	<u>537</u>	<u>450</u>	<u>150</u>	<u>224</u>	<u>179</u>	<u>5.767</u>
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(1.231)	(394)	(179)	(82)	(77)	(54)	(90)	(2.107)
Saldo em 30.06.2019	<u>(1.231)</u>	<u>(394)</u>	<u>(179)</u>	<u>(82)</u>	<u>(77)</u>	<u>(54)</u>	<u>(90)</u>	<u>(2.107)</u>
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	632	1.970	358	368	73	170	89	3.660
Taxas de amortização - a.a.	100%	33%	67%	36%	72%	48%	100%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a veículos administrativos.
- (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
- (g) Refere-se a locação de cofre.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31.12.2018	471	1.261	606	955	1.273	73	107	4.746
Adições	12	-	-	-	19	-	2	33
Alienações/baixas	(4)	(10)	-	-	-	-	-	(14)
Saldo em 30.06.2019	479	1.251	606	955	1.292	73	109	4.765
Depreciação acumulada								
Saldo em 31.12.2018	(360)	(535)	(244)	(497)	(665)	(8)	-	(2.309)
Depreciações	(16)	(93)	(61)	(46)	(55)	-	-	(271)
Alienações/baixas	3	1	-	-	1	-	-	5
Saldo em 30.06.2019	(373)	(627)	(305)	(543)	(719)	(8)	-	(2.575)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31.12.2018	111	726	362	458	608	65	107	2.437
Saldo em 30.06.2019	106	624	301	412	573	65	109	2.190
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		
Custo do imobilizado								
Saldo em 31.12.2017	473	546	606	955	1.268	73	25	3.946
Adições	1	715	-	-	8	-	74	798
Alienações/baixas	(2)	-	(2)	(1)	(2)	-	-	(7)
Saldo em 30.06.2018	472	1.261	604	954	1.274	73	99	4.737
Depreciação acumulada								
Saldo em 31.12.2017	(321)	(390)	(132)	(399)	(543)	(8)	-	(1.793)
Depreciações	(20)	(55)	(57)	(40)	(64)	(4)	-	(240)
Alienações/baixas	1	-	-	-	-	-	-	1
Saldo em 30.06.2018	(340)	(445)	(189)	(439)	(607)	(12)	-	(2.032)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31.12.2017	152	156	474	556	725	65	25	2.153
Saldo em 30.06.2018	132	816	415	515	667	61	99	2.705
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

11. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.463.867	1.244	16.968	-	1.482.079
Adições	16.759	-	12.182	141	29.082
Transferências/reclassificações	3.299	-	(3.299)	-	-
Alienações/baixas	(570)	-	-	(141)	(711)
Saldo em 30.06.2019	1.483.355	1.244	25.851	-	1.510.450
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(281.117)	(1.102)	-	-	(282.219)
Amortizações	(42.043)	(86)	-	-	(42.129)
Saldo em 30.06.2019	(323.160)	(1.188)	-	-	(324.348)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.182.750	142	16.968	-	1.199.860
Saldo em 30.06.2019	1.160.195	56	25.851	-	1.186.102
Taxas de amortização - a.a.	6%	20%			

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.250.644	1.054	140.146	19	1.391.863
Adições	34.360	190	6.356	-	40.906
Transferências/reclassificações	129.205	-	(129.186)	(19)	-
Alienações/baixas	(5)	-	-	-	(5)
Saldo em 30.06.2018	1.414.204	1.244	17.316	-	1.432.764
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(201.651)	(812)	-	-	(202.463)
Amortizações	(38.893)	(123)	-	-	(39.016)
Saldo em 30.06.2018	(240.544)	(935)	-	-	(241.479)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.048.993	242	140.146	19	1.189.400
Saldo em 30.06.2018	1.173.660	309	17.316	-	1.191.285
Taxas de amortização - a.a.	5%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se principalmente a obras de terceiras faixas.

No período findo em 30 de junho de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$1.053 (R\$2.435 em 30 de junho de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas, em 2019 foi de 0,45% ao ano (0,70% ao ano em 2018).

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018. Para 30 de junho de 2019 a Sociedade acompanhou e não viu necessidade um novo teste no trimestre.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

12. DIFERIDO

É representado por:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(17.832)</u>	<u>(17.728)</u>
	<u>-</u>	<u>104</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	30.06.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	42.904	258.661	301.565	38.359	290.984	329.343
Captações/Renovações	5.989	-	5.989	28.563	-	28.563
Juros provisionados	13.171	-	13.171	28.466	-	28.466
Amortização de principal	(29.060)	-	(29.060)	(56.289)	-	(56.289)
Pagamento de juros	(13.064)	-	(13.064)	(28.485)	-	(28.485)
Transferência	18.727	(18.727)	-	32.323	(32.323)	-
AVP/Risco sacado	57	-	57	(33)	-	(33)
	<u>38.724</u>	<u>239.934</u>	<u>278.658</u>	<u>42.904</u>	<u>258.661</u>	<u>301.565</u>
Custo de transação	(202)	(1.266)	(1.468)	(202)	(1.367)	(1.569)
Saldo final	<u>38.522</u>	<u>238.668</u>	<u>277.190</u>	<u>42.702</u>	<u>257.294</u>	<u>299.996</u>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A composição dos empréstimos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.06.2019	31.12.2018
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58%a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	214.820	228.249
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62%a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	40.674	42.379
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações	22.458	25.746
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	311	325
Risco Sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	395	4.866
				<u>278.658</u>	<u>301.565</u>

Em 30 de junho de 2019, o saldo de R\$396 (R\$4.866 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$12.000 e taxa média de 0,84% ao mês.

Em 30 de junho de 2019 as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	30.003
2021	41.830
2022	45.188
2023	48.835
Após 2024	<u>74.078</u>
	<u><u>239.934</u></u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

- 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
- ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e
- iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo o BNDES tenha autorizado previamente.

- 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

A Sociedade está cumprindo as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

14. DEBÊNTURES

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.06.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.807	153.289	155.096	270	144.288	144.558
Juros provisionados	-	9.834	9.834	-	17.819	17.819
Pagamento de juros	-	-	-	(7.281)	-	(7.281)
Transferência	3.758	(3.758)	-	8.818	(8.818)	-
	<u>5.565</u>	<u>159.365</u>	<u>164.930</u>	<u>1.807</u>	<u>153.289</u>	<u>155.096</u>
Custo de transação	(137)	(751)	(888)	(134)	(807)	(941)
Saldo final	<u>5.428</u>	<u>158.614</u>	<u>164.042</u>	<u>1.673</u>	<u>152.482</u>	<u>154.155</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2019	31.12.2018
2ª Emissão - Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	164.930	155.096
				<u>164.930</u>	<u>155.096</u>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal unitário</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
2ª Emissão - Série Única	15.12.2014	100.000	1.000	08.04.2015	106.845
		100.000			106.845

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 30 de junho de 2019, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	9.969
2021	15.349
2022	23.260
2023	31.805
Após 2024	78.982
	159.365

Em 30 de junho de 2019 a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

15. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2019, o saldo de R\$12.043 (R\$14.067 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$5.096 (R\$5.145 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Os saldos e as transações realizadas em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (a)	13	5
Centrovias S.A. (a)	13	-
Intervias S.A. (a)	13	-
Vianorte S.A. (a)	13	-
Fluminense S.A. (a)	13	-
Fernão dias S.A. (a)	13	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	13	-
Litoral Sul S.A. (a)	13	-
Total do ativo circulante	<u>104</u>	<u>5</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (a)	756	574
Régis Bittencourt S.A. (a)	49	-
Litoral Sul S.A. (a)	8	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	47	132
Total do passivo circulante	<u>860</u>	<u>706</u>
 <u>Passivo não circulante</u>		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (c)	9.061	-
Total do passivo não circulante	<u>9.061</u>	<u>-</u>

	PERÍODO		
	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2018</u>
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas financeiras (c)/(d)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
<u>Controladora</u>			
Arteris S.A.	(72)	(2.551)	(1.746)
Total	<u>(72)</u>	<u>(2.551)</u>	<u>(1.746)</u>

	TRIMESTRE		
	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2018</u>
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas financeiras (c)/(d)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
<u>Controladora</u>			
Arteris S.A.	-	(1.467)	(934)
Total	<u>-</u>	<u>(1.467)</u>	<u>(934)</u>

(a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

(b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

(c) Decorrentes da 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade emitidas em 20 de maio de 2019. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do spread respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2021.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 30 de junho de 2019 no valor de R\$438 (R\$380 em 30 de junho de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, a Sociedade reconheceu respectivamente o montante de R\$33 e R\$202 a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$119 e R\$351 relativo ao rateio da "Holding", que totalizam respectivamente R\$152 e R\$553 (R\$439 e R\$767, em 30 de junho), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$700. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Estão compostos por:

	30.06.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	3.702	2.065	5.767
Utilização	(2.206)	-	(2.206)
Ajuste a valor presente - AVP	152	-	152
Transferência	485	(485)	-
	<u>2.133</u>	<u>1.580</u>	<u>3.713</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2019, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$1.807.

Em 30 de junho de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	602
2021	978
2022	-
2023	-
Após 2023	-
	1.580

Em 30 de junho de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	30.06.2019	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Veículos	-	-
Imóveis	16	-
	16	-

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2019 e dezembro de 2018, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$580 e R\$1.293.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

19. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	30.06.2019
Cíveis	411	491	-	(554)	348
Trabalhistas	1.859	402		(667)	1.594
Regulatório	11.018	-	(1.653)	904	10.269
Total	<u>13.288</u>	<u>893</u>	<u>(1.653)</u>	<u>(317)</u>	<u>12.211</u>

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	30.06.2018
Cíveis	459	151	(10)	(87)	513
Trabalhistas	554	703	(318)	(397)	542
Regulatório	11.019	6.244	-	(6.244)	11.019
Total	<u>12.032</u>	<u>7.098</u>	<u>(328)</u>	<u>(6.728)</u>	<u>12.074</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 30 de junho de 2019, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável pelos seus assessores jurídicos totalizando R\$10.269 (R\$11.018 em 31 de dezembro de 2018). Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$37.887 (R\$18.760 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 30 de junho de 2019 representam o montante de R\$1.645 (R\$1.660 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$1.685 (R\$1.711 em 31 de dezembro de 2018), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$533 há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	21.119	17.976	39.095
Adições/Reversões	-	19.447	19.447
Utilizações	(15.779)	-	(15.779)
Ajuste a valor presente	-	1.397	1.397
Transferências	17.325	(17.325)	-
Saldo em 30.06.2019	<u>22.665</u>	<u>21.495</u>	<u>44.160</u>

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	9.678	27.932	37.610
Adições/Reversões	-	17.653	17.653
Utilizações	(19.083)	-	(19.083)
Ajuste a valor presente	-	1.011	1.011
Transferências	18.976	(18.976)	-
Saldo em 30.06.2018	<u>9.571</u>	<u>27.620</u>	<u>37.191</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2019 referentes às manutenções realizadas foram de R\$13.873 (R\$17.872 em 30 de junho de 2018).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 30 de junho de 2019 é de R\$1.098.034, compostos por 1.659.851.513 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$1.075.034 que representa 1.616.455.287 ações. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2018 era de R\$1.034.034, compostos por 1.539.096.796 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado era de R\$1.033.034 que representava 1.537.281.914 ações. A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
21.01.2019	AGE*	Dinheiro	-	-	1.000
21.01.2019	AGE**	Dinheiro	120.754.717	64.000	14.500
20.02.2019	AGE**	Dinheiro	-	-	6.500
20.03.2019	AGE**	Dinheiro	-	-	10.000
22.04.2019	AGE**	Dinheiro	-	-	8.500
21.06.2019	AGE**	Dinheiro	-	-	1.500
			<u>120.754.717</u>	<u>64.000</u>	<u>42.000</u>

(*) Integralização referente ao saldo do capital subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 21 de maio de 2018.

(**) Subscrição de capital conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 21 de janeiro de 2019.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	44.804	88.474	38.070	76.540
Receita de serviços de construção	14.957	27.886	18.488	38.224
Outras receitas	173	359	153	312
Receita bruta	59.934	116.719	56.711	115.076
ISSQN	(2.248)	(4.439)	(1.911)	(3.841)
PIS	(292)	(557)	(252)	(506)
COFINS	(1.349)	(2.570)	(1.165)	(2.337)
Outras deduções	(1)	(2)	(6)	(6)
Receita líquida	56.044	109.151	53.377	108.386

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

Notas Explicativas**Autopista Planalto Sul S.A.**

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(1.248)	(2.651)	(1.516)	(2.883)
Serviços de terceiros	(771)	(1.250)	(400)	(783)
Manutenção de bens e conservação	(160)	(281)	(140)	(278)
Consumo	(90)	(184)	(163)	(318)
Transportes	(24)	(47)	(87)	(146)
Seguros/Garantias	(4)	(8)	5	(3)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	1.520	760	(6.421)	(6.770)
Comunicação e marketing	(74)	(141)	(141)	(251)
Indenizações à terceiros	-	(9)	-	-
Publicações legais	(8)	(128)	(6)	(122)
Depreciação / Amortização	(138)	(307)	(261)	(497)
Outros	(199)	(420)	(192)	(380)
Total	(1.196)	(4.666)	(9.322)	(12.431)

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(2.877)	(5.628)	(2.970)	(5.881)
Serviços de terceiros	(4.390)	(8.530)	(4.916)	(9.844)
Conservação	(3.461)	(6.936)	(3.595)	(6.402)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(298)	(578)	(338)	(487)
Consumo	(740)	(1.476)	(684)	(1.349)
Transportes	(446)	(848)	(519)	(1.028)
Verba de fiscalização	(881)	(1.761)	(844)	(1.688)
Seguros / Garantias	(400)	(806)	(505)	(984)
Provisão de manutenção em rodovias	(8.281)	(19.447)	(5.294)	(17.653)
Custos de serviços da construção	(14.957)	(27.886)	(18.488)	(38.224)
Depreciação / Amortização	(22.178)	(44.304)	(20.228)	(39.645)
Outros	(616)	(1.020)	(389)	(837)
Total	(59.525)	(119.220)	(58.770)	(124.022)

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	377	625	325	614
Outras receitas	105	110	278	281
Total	482	735	603	895
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(10.796)	(22.024)	(11.318)	(21.138)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(833)	(1.606)	(521)	(1.020)
Outras despesas	(263)	(1.183)	(290)	(579)
Total	(11.892)	(24.813)	(12.129)	(22.737)

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

Notas Explicativas**Autopista Planalto Sul S.A.**

	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	8.286	7.416
Juros capitalizados	1.053	2.435
	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(32.923)	(41.253)

25. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>30.06.2019</u>		<u>30.06.2018</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo líquido do período	(16.223)	(39.346)	(17.571)	(33.385)
Número de ações durante período	1.645.841	1.645.841	1.478.069	1.445.508
Prejuízo por ação	<u>(0,0099)</u>	<u>(0,0239)</u>	<u>(0,0119)</u>	<u>(0,0231)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas**Autopista Planalto Sul S.A.**

	Nível	30.06.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	16.311	-	7.086	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	7.793	-	6.508
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	104	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	13.437	-	13.380	-
Outros Créditos	Nível 2	-	422	-	168
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	276.795	-	295.130
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	-	395	-	4.866
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	9.061	-	-
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	860	-	706
Debêntures	Nível 2	-	164.042	-	154.155
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	17.139	-	19.212
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	293	-	286
Outras contas a pagar	Nível 2	-	1.408	-	2.266
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	Nível 2	-	3.713	-	-
		<u>29.748</u>	<u>(465.387)</u>	<u>20.466</u>	<u>(469.945)</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 17 de dezembro de 2008, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(664)	(807)	(950)
Receita de aplicações financeiras	1.612	2.015	2.418
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>948</u>	<u>1.208</u>	<u>1.468</u>
TJLP	6,26%	7,83%	9,39%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(23.089)	(27.197)	(31.305)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(23.089)</u>	<u>(27.197)</u>	<u>(31.305)</u>
IPCA	3,91%	4,89%	5,87%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(21.940)	(23.909)	(25.878)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(21.940)</u>	<u>(23.909)</u>	<u>(25.878)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(44.081)</u>	<u>(49.898)</u>	<u>(55.715)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Em 30 de junho de 2019 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$6.996 (R\$5.962 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
BNDDES Automático	0,00%	-	-	-	-	-	-
Capital de giro	10,47%	395	-	-	-	-	395
Finame	8,70%	26.841	58.373	58.109	57.868	155.785	356.976
Partes relacionadas	1,00%	-	-	9.061	-	-	9.061
Debêntures - CDI	0,00%	-	-	-	-	-	-
Debêntures - IPCA	9,87%	5.641	8.548	15.644	23.709	111.803	165.345
Fornecedores e cauções contratuais	-	17.139	-	-	-	-	17.139
Fornecedores partes relacionadas	-	860	-	-	-	-	860
Credores pela concessão	0,00%	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	1.408	-	-	-	-	1.408
		<u>52.284</u>	<u>66.921</u>	<u>82.814</u>	<u>81.577</u>	<u>267.588</u>	<u>551.184</u>

Notas Explicativas**Autopista Planalto Sul S.A.**

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.07 a 30.09.2019	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	01.04 a 30.06.2020	Total
BNDES Automático	0,00%	-	-	-	-	-
Capital de giro	10,47%	395	-	-	-	395
Finame	8,70%	13.421	13.420	18.111	13.420	58.372
Partes relacionadas	1,00%	-	-	-	-	-
Debêntures - CDI	0,00%	-	-	-	-	-
Debêntures - IPCA	9,87%	-	5.641	-	-	5.641
Fornecedores e cauções contratuais	-	12.043	5.096	-	-	17.139
Fornecedores partes relacionadas	-	860	-	-	-	860
Credores pela concessão	0,00%	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	1.408	-	-	-	1.408
		<u>28.127</u>	<u>24.157</u>	<u>18.111</u>	<u>13.420</u>	<u>83.815</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	68.680

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2019 é de R\$76.197 e dezembro de 2018 de R\$61.328.

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Abaixo relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor integralizado</u>
05.07.2019	AGE	500
22.07.2019	AGE	7.500
		<u>8.000</u>

Em 19 de julho de 2019, a sociedade aprovou um aumento de capital no valor de R\$30.000 mediante a emissão de 61.224.490 novas ações, com isso ficou pendente de integralizar o valor de R\$49.500, que será integralizado em até 12 meses a partir desta data.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A

REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Planalto Sul S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de agosto de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2019 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio Negro, 14 de agosto de 2019

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Rio Negro, 14 de agosto de 2019

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores